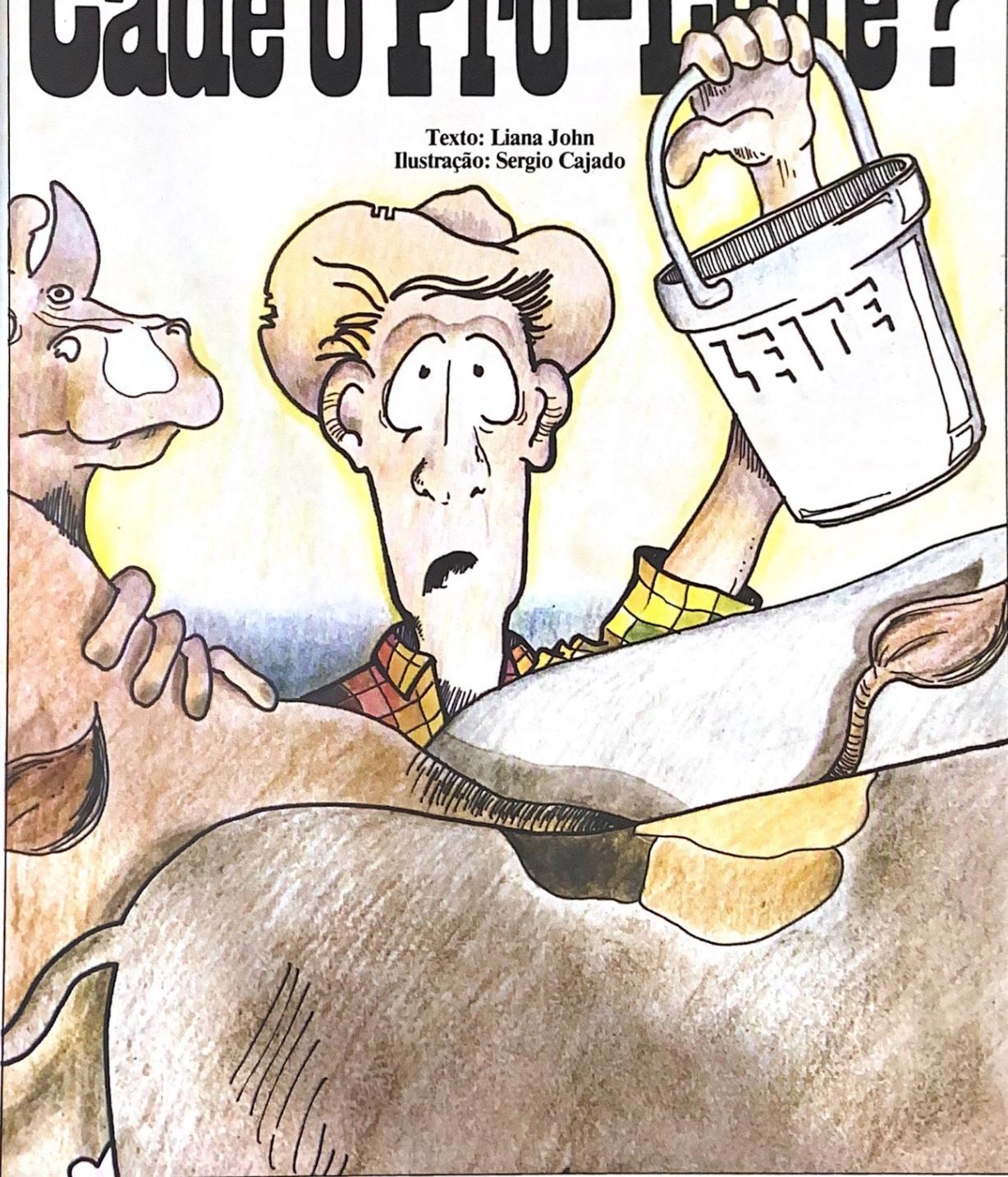


smrioln ïnforme

Cadê o Pró-Leite?

Texto: Liana John
Ilustração: Sergio Cajado



emrofn

A gente aprendia na escola, em velhos problemas de economia, que o leite é um exemplo de consumo inelástico: o preço pode subir quanto quiser que o consumidor continua comprando, porque é alimento essencial, insubstituível. É claro, que, quando a gente sai da escola, aprende que certos velhos problemas nos são colocados em condições ideais e servem apenas para nos ensinar os conceitos econômicos.

Pois é, o problema do consumo inelástico do leite é um destes casos ideais. E o governo fez realmente muito esforço para comprovar isso na prática. Ou, em outras palavras, os tabelamentos oficiais foram creditando a conta do leite na elasticidade do bolso do consumidor e esticando, esticando, esticando até que o elástico arrebentasse, carregando o consumo para baixo.

Em setembro último, o índice oficial e o das usinas divergiam quanto ao percentual exato desta queda de consumo. Enquanto a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) anunciava uma média nacional de 15% em função do reajuste de preços de junho (queda essa que teria se recuperado mais tarde, conforme o secretário da SEAP, Julio Martins), as usinas garantiam uma redução de 37% em todo o país.

Seja como for, o fato é que o consumo caiu. Coisa muito grave para um Brasil que já tomava 130 ml de leite por dia por pessoa, menos da metade do mínimo indicado pela Organização Mundial de Saúde, que é de 440 ml/dia por pessoa.

Depois do subconsumo, as soluções paliativas

Mas foi preciso que o consumo caísse para que se esboçasse alguma atitude. A primeira sugestão, paliati-

va, saiu de Minas, onde algumas usinas chegaram a ensaiar uma embalagem de meio litro de leite pasteurizado. Meio litro meio preço, o raciocínio é evidente. Só que o leite continuaria como artigo de luxo, desta vez em doses homeopáticas.

A segunda "sugestão" já veio em forma de portaria, atingindo em cheio os produtores: foi a extinção da garantia de preço na cota-excesso durante a safra. Ou, traduzindo, as usinas agora negociam livremente com os produtores o preço do "excedente" ofertado na safra.

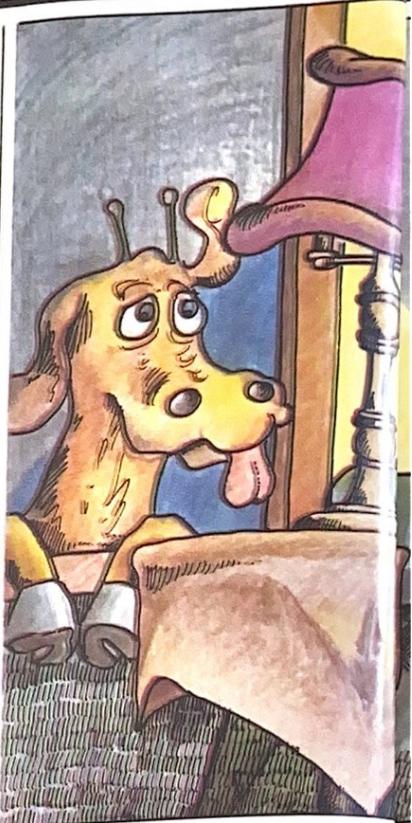
A medida teria como objetivo a redução de preços ao consumidor a partir de setembro, quando termina a entressafra (a portaria foi baixada no princípio de junho). Na prática, porém, o que ela fez foi aumentar o poder de barganha das indústrias, reduzindo a força dos produtores. Um início de liberação de preços às avessas, ou seja, começando pela ponta que deveria ser garantida (os produtores) sem atingir de imediato o xis do problema (o preço ao consumidor).

Como se os produtores fossem de algum modo responsáveis pelo alto preço do leite e não utilizassem cada reajuste apenas para cobrir as dívidas com os aumentos de custos. Ou como se, castigando-os, o governo não estivesse correndo o risco de desestimular ainda mais a produção de leite.

Oh! o preço do leite baixou!!!

Bem, mas voltando às atitudes em relação à queda de consumo, a terceira sugestão foi a liberação total dos preços ao produtor e ao consumidor, e partiu do próprio Governo.

E aqui novamente chiaram os produtores, ao lado dos representantes das cooperativas. Para eles, a liberação total não garantiria uma margem mínima de lucros, pois as indús-



trias pagariam o preço que quisessem pelo produto.

A sugestão os produtores, então, foi que a Sunab baixasse uma portaria reduzindo o preço do leite. O que acabou sendo feito em 17 de setembro passado (o leite especial baixou de Cr\$ 43,00 para 40,00 e o tipo B de Cr\$ 50,00 para 47,00).

É a tal história: quem sempre viveu acorrentado tem medo de andar sozinho. Diante da perecibilidade de seu produto e de sua dispersão enquanto classe, os produtores têm muito menos poder de barganha que as usinas, na sua relativamente confortável posição de intermediárias. O leite

nforme



parado na porta da usina pode se transformar em litros e litros de prejuízos, da noite para o dia (literalmente). Mas daí a preferir as correntes do tabelamento governamental vai uma grande distância, não?

Os consumidores sentirão a diferença?

De qualquer modo, a solução escolhida acabou sendo a menos pior das sugeridas. Diminuiu o preço ao consumidor e o produtor continuou recebendo o que recebia antes (descontado, é claro, o aviltamento do preço da cota-excesso). E o Governo não teve que lançar mão desse monstro chamado subsídio, também cogi-

tado por algumas pessoas ligadas ao setor.

Resta perguntar: e daí? Saiu todo mundo mais ou menos calado, dando a impressão que a crise estava resolvida, coisa que está muito longe de acontecer.

É duvidável, em primeiro lugar, que o consumo recupere seus níveis normais apenas com a diminuição de três cruzeiros por litro. Assim como se deixou de consumir gradativamente por causa dos reajustes, agora a volta também será lenta e gradual e só acontecerá mesmo se o preço continuar baixando. Quer dizer, o primeiro passo já foi dado, mas é preciso seguir nesta tendência para que o consumidor de mais baixa renda repare que o leite baixou. Pois para ele, apesar de todo o alarde da imprensa, o produto continua inacessível.

Depois, sem medidas de mais longo prazo, a defasagem entre custos e remuneração do produtor tende, no mínimo, a se manter. Se não aumentar, e bastante.

Planejamento a looooooooooongo prazo

O Ministério da Agricultura já anunciou a formação de uma Comissão Nacional do Leite (CNL), da qual participariam pecuaristas, cooperativas, usinas e autoridades governamentais para decidir sobre uma política do leite. Em forma de comissão ou não, essa providência já deveria ter sido tomada há muitos anos, para estar funcionando sem os casuísmos e inseguranças de todas as nossas políticas para longo prazo.

E não é por falta de sugestões que ainda não se racionalizou a política leiteira. O próprio secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, já se prontificou a estruturar um Pró-leite, organizadinho como os Pró-alcool e Pró-

Feijão da vida (ver entrevista com o secretário nesta edição).

Da parte dos produtores também não faltam tentativas. A Central de Cooperativas Gaúchas de Leite (CCGL), por exemplo, criou um programa a ser desenvolvido em duas frentes. A primeira seria a de conseguir que o produtor plante os próprios insumos necessários à alimentação do gado leiteiro e a segunda seria aumentar a renda do produtor a nível de propriedade, através de um programa de engorda de bezerras em estábulo (substituindo o leite que eles eventualmente consumiriam).

Outra tentativa seria o controle gerencial dos rebanhos leiteiros, sugerida por Luiz Carlos Barnetche Schneider, superintendente do Centro Bandeirante de Tecnologia SC Ltda. Segundo ele, um controle efetivo das condições de saúde, alimentação e cruzamento do gado garantiriam o aumento da produtividade e a estruturação dos produtores, que passariam a ter mais lucro com o mesmo rebanho.

Agora, de nada adiantam as tentativas isoladas, se o governo acredita que o simples aumento de preços acerta suas contas com a produção. Falta um programa confiável, uma política estável, investimento no setor, zoneamento em bacias leiteiras, racionalização de custos e até, quem sabe? maior controle dos insumos para que não cresçam tão acima da inflação.

Ou, em resumo, falta garantir autonomia para que os produtores desmamem das magras tetas da política de preços, sem chorar. A liberação total dos preços ao produtor e ao consumidor pode até ser a meta, mas antes tem que existir PLANEJAMENTO e de longo, muito looongo prazo.

Botar o caro na frente dos bois é bobagem. A não ser que se pretenda andar para trás. ■